



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

## PROJETO DE LEI 1/2025

**Projeto de Lei Ordinária que dispõe sobre a contagem dos prazos administrativos em dias úteis, suspensão dos prazos em período definido e dá outras providências.**

O **PREFEITO DE CORUMBÁ**, Estado de Mato Grosso do Sul, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** - A Lei Complementar n. 042, de 08 de dezembro de 2020 passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 143 (...)**

*§2º A comissão lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indicição em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, que certificará a ciência do servidor para, querendo, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa escrita, assegurando-lhe vista com cópia do processo na repartição.*

**Art. 161.** *O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assegurando-lhe vista do processo na unidade de trabalho.*

*§ 1º Havendo 2 (dois) indiciados, o prazo será comum de 10 (dez) dias úteis.*

**(NR)**

**Art. 2º** Fica estabelecido que a contagem dos prazos decorrentes de intimações nos processos e procedimentos administrativos, no âmbito da administração pública municipal serão contados em dias úteis, exceto os prazos em processos licitatórios, os processos de pagamento e naqueles declarados urgentes pela autoridade competente.

**Parágrafo único.** Os prazos previstos no caput, exceto os prazos em processos licitatórios, os processos de pagamento e naqueles declarados urgentes pela autoridade competente, serão suspensos no período compreendido entre os dias 20 de dezembro a 20 de janeiro.

**Art. 3º** O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei por meio de Decreto.

**Art. 4º** Esta Lei Complementar entra em vigor nesta data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

## JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem como objetivo central, uniformizar em âmbito administrativo municipal, a contagem dos prazos dos processos e procedimentos, sobretudo, aqueles prazos para exercício do contraditório e ampla defesa.

Cumprir destacar, o Projeto de Lei tem como principal objetivo dar isonomia entre os prazos judiciais e administrativos que conforme o Código de Processo Civil tem contagem de prazo considerando apenas os dias úteis. Além disso, a aprovação deste PL trará aos administrados segurança jurídica administrativa, pois, os prazos serão contados da mesma forma dos prazos judiciais.

A despeito do tema, a Ordem dos Advogados do Brasil, por meio da Subseção de Corumbá-MS, também se manifestou favorável ao presente Projeto de Lei, já que contribuirá com atuação do advogado, de modo que, com a contagem dos prazos em dias úteis, o advogado terá mais tempo para analisar o eventual processo administrativo e exercerá com maior segurança, técnica e capacidade a defesa do cliente. Destaca-se que, contar prazos em dias úteis assegura que as partes envolvidas tenham um tempo razoável para se preparar e responder, evitando prejuízos em situações onde o tempo é essencial.

Os prazos de recolhimento de multas e de tributos, atendimento à fiscalização, cumprimento de obrigações acessórias e de outras obrigações materiais por parte do contribuinte, incluindo providências acauteladoras ou outras determinações da administração, continuarão a ser contados em dias corridos.

Destaca-se que, tanto a jurisprudência quanto a doutrina entendem que é de extrema importância o processo administrativo para os administrados, muito no que se refere à garantia da ampla defesa e do contraditório, art. 5º, LV da CRFB/88, e é o que pretende este PL, garantir esse direito processual e constitucional dos administrados, com melhoria da garantia do contraditório com a contagem dos prazos em dias úteis.

Importante salientar que, a presente propositura se encontra devidamente ancorada na competência legislativa atribuída aos parlamentares nos ditames da Constituição Federal, Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município, visto não interferir nas atribuições exclusivas do Prefeito Municipal, ao revés, atende interesse comum e local, não cria novas atribuições ou aumento de despesa para administração pública. Assim sendo, no que toca à constitucionalidade e à juridicidade, observa-se que o Projeto de Lei não colide com nenhuma norma do ordenamento pátrio e no que concerne à técnica e à redação legislativa, conclui-se que foram observadas as imposições da legislação vigente, inclusive com a Lei Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Por fim, conclui-se que essa prática é essencial para garantir um procedimento administrativo justo, transparente e eficaz, contribuindo para a eficiência dos serviços públicos e respeito aos direitos dos cidadãos.

Por todo o exposto, peço o apoio dos nobres vereadores para aprovação do projeto.

CORUMBA/MS, 20 de Maio de 2025





**CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

---

Jovan Temeljkovitch  
Vereador(a)

